

ESTATUTOS FUNDAÇÃO GALP



**fundação
galp**

CAPÍTULO PRIMEIRO

Disposições Gerais

Artigo Primeiro

Natureza

A Fundação Galp, adiante designada por Fundação, é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes estatutos e, em tudo o que neles for omissa, pela legislação aplicável.

Artigo Segundo

Sede e duração

1. A Fundação tem a sua sede em Lisboa, na Rua Tomás da Fonseca - Torre C, na Freguesia de São Domingos de Benfica, podendo criar delegações ou quaisquer outras formas de representação onde for julgado necessário para a prossecução dos seus fins.
2. A Fundação durará por tempo indeterminado.
3. O Conselho de Administração proporá, nos termos do Artigo 189º do Código Civil e do Artigo 31º da Lei-Quadro das Fundações, à entidade competente a modificação dos presentes estatutos, se deliberar transferir a sua sede para qualquer parte do território nacional.

Artigo Terceiro

Fim e objecto

1. A Fundação tem por objecto exprimir e concretizar o compromisso de intervenção social e apoio ao desenvolvimento, por parte do Grupo Galp Energia, promovendo e apoiando, em Portugal e no resto do Mundo onde o Grupo opera e, em particular, nos países de língua portuguesa, programas de acção, iniciativas e actividades que visem ou favoreçam os avanços da Energia, a sensibilização e promoção de práticas de eficiência energética, utilização racional da energia e energias alternativas, designadamente para a promoção da educação e formação tecnológica e cultural, bem como as iniciativas e actividades que promovam a inovação e o desenvolvimento do turismo, da saúde, da cultura, do desporto entre outras, directamente ou em parceria com outras entidades que visem fins idênticos.
2. Na prossecução do seu objecto, deve a gestão da Fundação ser orientada por critérios de equidade, racionalidade e de adequada aplicação e aproveitamento dos meios e bens pertença ou colocados à sua disposição, atenta a natureza dos seus meios e fins.

Artigo Quarto

Actividades

1. Para a realização do seu objecto, a Fundação promoverá:
 - a) A manutenção, preservação e promoção do espólio artístico e histórico constante dos Anexos I e II;
 - b) O apoio de projectos de cariz social a grupos de cidadãos especialmente necessitados;
 - c) O apoio financeiro ao desenvolvimento e dinamização de actividades exercidas por instituições nas áreas da educação, desenvolvimento, apoio social e comunitário, desporto, prevenção e segurança, saúde e cultura;
 - d) A promoção e organização de congressos, conferências, publicações e outros eventos, com vista à partilha de conhecimentos no âmbito do sector energético e a sensibilização para o uso racional de energia;
 - e) A atribuição de bolsas e prémios de investigação e desenvolvimento do sector energético;
 - f) O apoio e cooperação na promoção e desenvolvimento do turismo nacional, designadamente, através de parcerias ou acordos com entidades públicas e privadas nacionais e internacionais;
 - g) O tratamento, exposição e divulgação do espólio artístico, tecnológico e documental com interesse para a História da actividade petrolífera e, em geral, energética e actividades afins, constituído pelos objectos que são ou vierem a ser integrados no seu património ou postos à sua disposição;
 - h) A cooperação internacional, no âmbito dos fins prosseguidos pela Fundação, nomeadamente com instituições dos países, territórios e comunidades de língua portuguesa;
 - i) Acções de patrocínio para promoção da imagem da Fundação e dos fins prosseguidos pela mesma;
 - j) Quaisquer outras actividades compatíveis com a prossecução do seu objecto e fins.
2. A Fundação poderá ainda promover actividades que contribuam para a sua rentabilização, designadamente, através da realização de estudos, cursos e outros trabalhos especializados e, bem assim, da cedência de saber-fazer a outras organizações e entidades.

CAPÍTULO SEGUNDO

Fundadores

Artigo Quinto

Fundadores

São Fundadores:

- a)** A Galp Energia,S.G.P.S.,S.A.;
- b)** A Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.;
- c)** A Petróleos de Portugal - Petrogal, SA;
- d)** A Galp Gás Natural,S.A.;
- e)** A Galp Power, S.A.;
- f)** A Galp Energia, S.A..

CAPÍTULO TERCEIRO

Organização e Funcionamento

Secção Primeira

Órgãos da Fundação

Artigo Sexto

Órgãos

São órgãos da Fundação:

- a) O Conselho de Administração;
- b) O Órgão Directivo;
- c) O Conselho Fiscal.

Secção Segunda

Conselho de Administração

Artigo Sétimo

Composição

1. O Conselho de Administração é constituído por três ou cinco membros, que serão o Presidente e um Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundadora Galp Energia S.G.P.S, S.A. e por um ou três membros da sua Comissão Executiva, indicados para o efeito pelo Conselho de Administração da Galp Energia, S.G.P.S, S.A..
2. O Conselho de Administração elegerá o seu Presidente.

Artigo Oitavo

Presidente do Conselho de Administração

1. Compete em especial ao Presidente do Conselho de Administração:
 - a) Representar externamente a Fundação em juízo e fora dele;
 - b) Assegurar e promover as relações entre os órgãos da Fundação;
 - c) Coordenar a actividade do Conselho de Administração, convocando e dirigindo as respectivas reuniões e velando pela correcta execução das suas deliberações.

2. Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Administrador por ele designado para o efeito.

Artigo Nono

Funcionamento

1. O Conselho de Administração reunirá pelo menos uma vez por trimestre e sempre que convocado pelo seu Presidente.
2. O Conselho de Administração deliberará por maioria simples de votos, tendo o Presidente voto de qualidade, em caso de empate.

Artigo Décimo

Composição

1. Compete ao Conselho de Administração, todos os poderes de administração da Fundação, designadamente:
 - a) Assegurar a administração da Fundação, tendo em vista a realização dos seus fins com respeito pelo estabelecido na lei e nos estatutos;
 - b) Dar execução às orientações gerais sobre o funcionamento da Fundação;
 - c) Elaborar planos de actividades anuais ou plurianuais, e respectivos orçamentos, de acordo com as orientações gerais estabelecidas;
 - d) Adoptar o relatório de actividades, o balanço e as contas relativas ao ano civil anterior e o relatório anual sobre o inventário do património;
 - e) Definir a organização interna da Fundação, aprovando os regulamentos que entenda necessários;
 - f) Administrar e dispor do património da Fundação, praticando todos os actos necessários a esse objectivo, sem prejuízo das limitações previstas nos presentes estatutos;
 - g) Aprovar a contracção de empréstimos e prestação de garantias, que se revelem necessários ou convenientes à prossecução dos fins da Fundação;
 - h) Deliberar sobre as propostas de alteração dos estatutos e de modificação ou extinção da Fundação, a submeter à entidade competente para decidir.
2. O Conselho de Administração designará o órgão directivo executivo, colegial ou singular, a quem compete a gestão corrente da Fundação.

Artigo Décimo Primeiro

Vinculação

A Fundação obriga-se:

- a) Pela assinatura de dois membros do Conselho de Administração;
- b) Pela assinatura de um administrador, no âmbito dos poderes objecto da respectiva delegação;
- c) Pela assinatura de procurador, no âmbito da respectiva procuração.

Secção Terceira

Conselho Fiscal

Artigo Décimo Segundo

Composição

O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Vogais que serão o Presidente e os vogais do Conselho Fiscal da Fundadora Galp Energia, S.G.P.S; S.A.

Artigo Décimo Terceiro

Competência

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Acompanhar a actividade do Conselho de Administração e velar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias;
- b) Examinar e dar parecer sobre a gestão da Fundação e sobre o relatório de actividade, o balanço e as contas elaboradas pelo Conselho de Administração, relativamente a cada exercício anual;
- c) Verificar a exactidão das contas anuais e se a aplicação das receitas se conformou com os objectivos estatutários;
- d) Verificar, sempre que o julgue conveniente e pela forma que considere adequada, a regularidade da escrita e documentação, bem como a existência e situação dos bens da Fundação;
- e) Emitir parecer prévio sobre a aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis pela Fundação;
- f) Exercer as demais competências que lhe forem cometidas pela lei ou pelos estatutos.

Artigo Décimo Quarto

Funcionamento

1. O Conselho Fiscal poderá proceder, em qualquer momento aos actos de fiscalização que tiver por convenientes para o cabal desempenho das suas funções.
2. O Conselho Fiscal reunirá sempre que o entender conveniente, por convocação do seu Presidente e, obrigatoriamente, uma vez por ano.

CAPÍTULO QUARTO

Regime Financeiro

Artigo Décimo Quinto

Património

1. As Fundadoras contribuem para a dotação inicial da Fundação com o montante total de € 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil euros), a disponibilizar em três dotações anuais, nos seguintes termos:
 - a) € 1.860.000,00 (um milhão oitocentos e sessenta mil euros), a realizar na instituição da Fundação;
 - b) € 1.770.000,00 (um milhão setecentos e setenta mil euros), a realizar no segundo ano;
 - c) € 1.770.000,00 (um milhão setecentos e setenta mil euros), a realizar no terceiro ano.
2. As Fundadoras contribuem, ainda, para a Fundação com o acervo artístico descrito no Anexo I, com o valor avaliado de € 1.663.325,00 (um milhão seiscentos e sessenta e três mil trezentos e vinte e cinco euros) e com o património histórico descrito no Anexo II com o valor estimado de € 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil euros).
3. O património inicial da Fundação é composto pelo somatório das contribuições das Fundadoras, conforme consta dos números anteriores deste artigo.
4. As Fundadoras ou quaisquer outras entidades que se disponibilizem poderão celebrar com a Fundação protocolos de apoio, anuais ou plurianuais, mediante os quais se comprometam a conceder à Fundação subsídios anuais pré-determinados.

Artigo Décimo Sexto

Receitas

1. Constituem receitas da Fundação:
 - a) As heranças, legados, doações ou quaisquer outras liberalidades de que seja beneficiária;
 - b) Quaisquer contributos periódicos ou extraordinários que venham a ser concedidos à Fundação;
 - c) As contrapartidas financeiras obtidas no âmbito de protocolos ou qualquer outro tipo de contratos com instituições nacionais ou internacionais;
 - d) Os rendimentos provenientes da valorização e exploração dos bens da Fundação;

- e)** O produto da alienação de bens ou de direitos de que a Fundação seja titular;
- f)** Os subsídios que lhe venham a ser concedidos por entidades de direito público ou privado;
- g)** As contribuições financeiras a entregar pelas Fundadoras destinadas a suportar as despesas de funcionamento e a reforçar as dotações da Fundação.

CAPÍTULO QUINTO

Modificação dos estatutos e extinção da Fundação

Artigo Décimo Sétimo

Modificação dos Estatutos

Os estatutos podem ser alterados, nos termos do Artigo 189º do Código Civil e do Artigo 31º da Lei-Quadro das Fundações, sob proposta do Conselho de Administração a submeter à entidade competente para decidir.

Artigo Décimo Oitavo

Extinção da Fundação

1. A Fundação poderá ser extinta nas circunstâncias previstas na lei geral e nos presentes estatutos.
2. Em caso de extinção da Fundação os respectivos bens reverterem para o Estado ou, em alternativa, para entidades abrangidas pelo artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a designar nos termos do artigo 193.º do Código Civil.



**fundação
galp**